	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

PREGÃO ELETRÔNICO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2022

(Processo Administrativo n.º 10905.720045.2022-88)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal – SRRF09, por meio da Divisão de Programação e Logística – Seção de Licitações, sediada na Rua Marechal Deodoro nº 555- 10º andar – CEP 80020-911 – Centro – Curitiba/PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 02/03/2023

Horário: 09 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço


Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva no sistema de ar condicionado (AVAC) das DRF/JOI e DRF/JOA, composto por módulos tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), unidades evaporadoras tipo cassete, sistemas mecânicos de ventilação e exaustão e aparelhos splits individuais, com prazo de vigência do contrato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993; com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O valor estimado da presente licitação será sigiloso, sendo divulgado o detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme constante nos Anexos II (Termo de Referência) e VI (Modelo de Proposta) deste Edital.

1.3. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	24
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
2	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	24

1.4. A licitação será dividida em dois itens, conforme tabela acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução empreitada por preço Global.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS


2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

GESTÃO/UNIDADE: 00001/170156
FONTE: 0150251030
PTRES: 171552
ELEMENTO DE DESPESA: 339039-17
PI: OUTRCUSTEIO

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão

operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;


4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.


5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor global do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 d a Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.


7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global total do item.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.25.1.1 por empresas brasileiras;

7.25.1.2 .por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;


7.25.1.3 .por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou lances empatados.

7.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.3.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.2.4. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.4.1 Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.4.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.4.3 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.4.4 As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

8.2.4.5 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

8.2.4.6 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.2.4.7 Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo do item 10.1 do Termo de Referência;

8.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4. Apresentar, na composição de seus preços:

8.4.4.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

8.4.4.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

8.4.4.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

8.4.5. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

8.6. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

8.7. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

8.8. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes


8.9. O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta. 8.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.15. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO.

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;


9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;


9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:


9.10.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.1.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.1.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.1.3 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.3. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade.


9.11.2. Atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de instalação ou manutenção de sistemas de Climatização VRF com no mínimo 53 HP, 40 TR, por período não inferior a um ano;

9.11.2.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.2.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2.3. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.11.2.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

9.11.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação: manutenção em sistemas de climatização do tipo VRF.

9.11.4. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.11.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971

9.11.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.11.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.11.4.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.11.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e


9.11.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.11.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.11.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.11.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

9.11.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.11.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.11.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.


9.11.13. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.11.14. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.11. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:


- 10.11.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.11.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
- 10.11.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

- 10.12.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.12.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.13.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.13.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.14.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.15.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.16.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO


14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.


15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de pessoal, no mínimo, 01 (um) técnico com treinamento em manutenção no sistema VRF, realizado na academia da LG Eletrônicos do Brasil Ltda., empresa fabricante dos equipamentos VRF instalados na Receita Federal. O treinamento deve ser comprovado através de certificado emitido pela LG, que confirme estar o profissional apto a prestar assistência técnica nos moldes adequados e recomendados pelo fabricante dos equipamentos. O certificado deverá ser apresentado em no máximo 60 dias após a emissão da ordem de serviço.

15.7.1. No caso de substituição do profissional citado no item 7.2.6.2, para o novo técnico, a CONTRATADA deverá apresentar novo certificado em no máximo 45 dias após o desligamento/saída do anterior.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
 - R = Valor do reajuste procurado;
 - V = Valor contratual a ser reajustado;
 - Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
 - I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO


- 17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

DO PAGAMENTO

- 18.2. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

18.2.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:


- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 19.1.3. apresentar documentação falsa;
- 19.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.6. não mantiver a proposta;
- 19.1.7. cometer fraude fiscal;
- 19.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 19.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 19.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 19.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.
- 19.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja


	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**


- 20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail salic.pr@rfb.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Marechal Deodoro nº 555, 10º andar, sala 1002, Bairro: Centro, Curitiba/Pr, CEP: 80.020-911, Divisão de Programação e Logística - Seção de Licitações.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. .

	<p>Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia</p>
---	--

- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação
- 20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

	Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

- 21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônico www.gov.br/compras e <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-br/2019/unidades-federativas-uf/pr/srrf09/2022>. Nesse último também serão disponibilizadas as Plantas das instalações de Ar Condicionado das Delegacias de Joinville e de Joaçaba. O edital também poderá ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Marechal Deodoro nº 555, 10º andar, sala 1002, Bairro: Centro, Curitiba/Pr, CEP: 80.020-911, nos dias úteis, no horário das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.12.1. ANEXO I – Estudos Técnicos Preliminares
 - 21.12.2. ANEXO II- Termo de Referência;
 - 21.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
 - 21.12.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 21.12.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de Vistoria ou de Pleno Conhecimento;
 - 21.12.6. ANEXO VI– Modelo de Proposta;
 - 21.12.7. ANEXO VII – Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
 - 21.12.8. ANEXO VIII - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;
 - 21.12.9. ANEXO IX– Declaração de ausência de nepotismo

Curitiba, 14 de fevereiro de 2023.

Assinatura da autoridade competente

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 10905720045202288

2. Descrição da necessidade

2.1 NBR 6401 da ABNT estabelece como temperatura recomendada para condições internas de conforto térmico a faixa de 23°C a 25°C, no verão, e de 20°C a 22°C, no inverno. As condições externas nas cidades de Joinville e Joaçaba, tanto no verão quanto no inverno, alcançam temperaturas muito distantes desse parâmetro e, para proporcionar conforto aos usuários; o prédio da DRF em Joinville possui um sistema de ar condicionado instalado e em operação sem as devidas ações de manutenção, já o prédio da DRF em Joaçaba está com as manutenções regulares, necessitando da renovação contratual.

2.2 O uso diário desses sistemas provoca um acentuado desgaste dos componentes mecânicos e elétricos, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico de seus componentes e para garantir a qualidade do ar e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

2.3 Há ainda a necessidade de garantir a confiabilidade dos equipamentos de climatização para a sala com servidor de rede para preservação das informações e funcionamento dos sistemas.

2.4 Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas, faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização e ventilação, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação do estado de limpeza, remoção das sujidades e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL	Edson Levinski
DIPOL	Gustavo Horn

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade da contratação do serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e consumíveis, para o sistema de ar condicionado e ventilação mecânica instalados no Edifício Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville e em Joaçaba:

4.1.2 Prestação dos serviços com fornecimento peças e acessórios necessários para manutenção preventiva;

4.1.3 A Contratada deverá possuir em seu quadro de pessoal profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA, legalmente habilitado (engenheiro mecânico), que atuará como responsável técnico junto à contratante e aos órgãos de fiscalização.

4.2 Os serviços a serem executados e os materiais empregados na execução deverão obedecer às seguintes normas:

4.2.1 Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, visando à preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde;

4.2.2 Lei 13.589 de 04/01/2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

4.2.3 Publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);

4.2.4 Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes: NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR-23: Proteção Contra Incêndios; NR-35 Trabalho em Altura.

4.2.5 Norma ABNT NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de Higienização;

4.2.6 Norma ABNT NBR 13971 de 2014 que trata de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada;

4.2.7 Norma ABNT NBR 16401 de 2008 que trata de Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários

4.2.8 Resolução ANVISA RE nº 09/20003 - Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foi feito levantamento de mercado com as empresas que trabalham com os serviços de manutenção de ar condicionado:

- JD Prestes (a empresa que instalou em Joinville) - falou que ia enviar o orçamento, mas não enviou
- *Kalthaus* Refrigeração & Climatização (Blumenau) - não respondeu
- Arplus (Joinville) - não tem interesse em licitação
- Refriking (Joaçaba) - não tem interesse em licitação
- AJM Refrigeração (Curitiba) - não retornou e-mail
- Quadrante Soluções Ltda (Porto Alegre) - retornou e-mail com orçamento
- Adagil Climatização (Concordia) - retornou e-mail com orçamento
- Preventiva Refrigeração Ltda (Foz do Iguaçu) - retornou e-mail com orçamento

5.2 Obtivemos orçamentos das seguintes empresas:

Quadrante Soluções Ltda. CNPJ: 10.220.163/0001-33

Adagil Climatização CNPJ: 95.811.790/0001-00

Preventiva Refrigeração Ltda CNPJ: 95.389.417/0001-02

5.3 Destacamos que não foi possível utilizar valores do Painel de Preços pelas especificidades da contratação, como número de equipamentos, sistema VRF, localidade, de forma que a comparação com outros serviços de manutenção de ar condicionado se tornaria inviável.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva no sistema de ar condicionado (AVAC) das DRF/JOI e DRF/JOA, composto por módulos tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), unidades evaporadoras tipo cassete, sistemas mecânicos de ventilação e exaustão e aparelhos splits individuais; com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios; conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2 O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

6.3 Quanto ao prazo de vigência da contratação ser de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável até o limite de 60 (sessenta) meses, a Administração esclarece que um período de vigência contratual ampliado contribui para que a contratação em tela possa ser considerada mais atrativa pelo mercado por meio de uma maior diluição dos custos com depreciação e manutenção dos equipamentos, o que pode, inclusive, ter impactos sobre o preço final proposto pela licitante vencedora do certame, favorecendo a Administração em termos de economicidade e ampliação da competitividade. Seguindo esta lógica, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sustenta a possibilidade da fixação do prazo de vigência estendido com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosos para a Administração, como o Acórdão 3.320/2013-Segunda Câmara:

“O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido (Acórdão 3320/2013-Segunda Câmara).”

6.4 Ademais, a doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, o mesmo se aplicando às eventuais prorrogações, respeitado o limite legal máximo de 60 (sessenta) meses.

6.5 Também nesse sentido, dispõe a Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU: “Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e c) é juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente”.

6.6 Assim, conforme demonstrado acima, a licitação atende aos critérios para vigência contratual ampliada, visto ser objeto complexo, que demanda termo de referência especializado, serviço contínuo, sem o qual as atividades da administração ficarão prejudicadas e atratividade para o mercado, que inclusive pode ter impacto positivo para o preço final do certame.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Contratação dos serviços em dois grupos, sendo:

Grupo 1- Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços para Joinville-SC.

Grupo 2- Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços para Joazeiro-SC.

■ [Redacted text]

■ [Redacted text]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação será feita em dois grupos, sendo um para Joinville-SC e outro para Joaçaba-SC. A divisão em grupos justifica-se pela distância territorial entre as duas localidades propiciando o interesse de empresas especializadas em ar condicionado da própria região em participar da concorrência, evitando que as distâncias, conseqüente deslocamento para prestação do serviço, sejam uma barreira ou um empecilho.

9.2 Não há óbice para que as licitantes participem do certame de forma integral, apresentando propostas/lances para todos os lotes, embora cada qual em específico, ou que sua participação seja parcial, com oferta para apenas um lote.

9.3 Esse tipo de contratação, concentrando duas contratações em um único procedimento licitatório, assegura economia processual à Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 O principal e prioritário resultado pretendido na contratação é manter a qualidade do ar no interior da unidade, proporcionando um conforto térmico adequado, conseqüentemente com um aumento do bem estar, produtividade e inibindo um possível absenteísmo.

10.2. A pretensa contratação será benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos tais como contratações, treinamentos e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

10.3. Ressalta-se que na pretensa contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e demais ações de utilização de equipamentos que respeitem o meio ambiente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação do serviço de manutenção de ar condicionado para as Delegacias da Receita Federal de Joaçaba e de Joinville está prevista no PAC 2023 (DFD 117 e DFD 130, respectivamente).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O principal e prioritário resultado pretendido na contratação é manter a qualidade do ar no interior da unidade, proporcionando um conforto térmico adequado, conseqüentemente com um aumento do bem estar, produtividade e inibindo um possível absenteísmo.

12.2 A pretensa contratação será benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos tais como contratações, treinamentos e administração de mão de obra, locação e/ou aquisição de equipamentos específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.3 Ressalta-se que na pretensa contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e demais ações de utilização de equipamentos que respeitem o meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A Superintendência da Receita Federal nomeará servidores para atuarem como Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Setorial e Fiscal Administrativo, nos termos da IN/SEGES/MP nº05/2017, para atuação da gestão e fiscalização contratual, além de outros atores e substitutos que julgarem necessários a perfeita execução do objeto do presente Estudo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não vislumbramos grandes riscos potenciais de impactos ambientais para a referida contratação, desde que rigorosamente observadas as precauções abaixo elencadas, que deverão ser observadas e seguidas:

14.1.2 Adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia e água;
- d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e
- f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

14.1.3 Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços quando couber, de forma a não frustrar o caráter competitivo do certame, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A etapa inicial de definição do objeto, levantamento das necessidades e requisitos a serem observados pela contratada está sendo baseado em opiniões técnicas de entes capacitados para emití-las.

Considerando que existe orçamento para a contratação dos serviços e que existem empresas no mercado que atende aos requisitos desta licitação, declara-se viável a contratação.

16. Responsáveis

LAURA LUISA MEDEIROS DE SOUZA

Analista Técnico Administrativo

ARTHUR HAUSBERGER DE OLIVEIRA

Administrativo

ANEXO II -TERMO DE REFERÊNCIA SAENG Nº 063/2022**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE E JOAÇABA -SC
PREGÃO Nº****1 DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva no sistema de ar condicionado (AVAC) das DRF/JOI e DRF/JOA, composto por módulos tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), unidades evaporadoras tipo cassete, sistemas mecânicos de ventilação e exaustão e aparelhos splits individuais; com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios; conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2 O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.3 Contratação dos serviços por lotes:

LOTE 01 – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM JOINVILLE-SC			
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	24

LOTE 02 – DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM JOAÇABA-SC			
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
2.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	24

O parcelamento do objeto, em dois lotes, visa a ampliação da concorrência do certame devido a distância geográfica das delegacias.

Não há óbices para que as licitantes participem do certame de forma integral, apresentando propostas/lances para todos os lotes, embora cada qual em específico, ou que sua participação seja parcial, com oferta para apenas um lote.

Outro diferencial dessa licitação é o seu processamento, que assegura economia processual à Administração, já que concentra duas contratações em um único procedimento.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativas:

2.1.1 A NBR 6401 da ABNT estabelece como temperatura recomendada para condições internas de conforto térmico a faixa de 23°C a 25°C, no verão, e de 20°C a 22°C, no inverno. As condições externas nas cidades de Joinville e Joaçaba, tanto no verão quanto no inverno, alcançam temperaturas muito distantes desse parâmetro e, para proporcionar conforto aos usuários; o prédio da DRF em Joinville possui um sistema de ar condicionado instalado e em operação sem as devidas ações de manutenção, já o prédio da DRF em Joaçaba está com as manutenções regulares, necessitando da renovação contratual.

2.1.2 O uso diário desses sistemas provoca um acentuado desgaste dos componentes mecânicos e elétricos, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico de seus componentes e para garantir a qualidade do ar e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

2.1.3 Há ainda a necessidade de garantir a confiabilidade dos equipamentos de climatização para a sala com servidor de rede para preservação das informações e funcionamento dos sistemas.

2.1.4 Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas, faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização e ventilação, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação do estado de limpeza, remoção das sujidades e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

2.2 Objetivo:

Manter os sistemas de climatização (VRF e aparelhos individuais), ventilação e exaustão operando em perfeitas condições de funcionamento e conservação, oferecendo boas condições de trabalho, evitando-se despesas desnecessárias em consertos emergenciais por falha de componentes advindas da falta de conservação, e proporcionar garantia das condições mínimas exigidas na portaria n. 3.523/98 do Ministério da Saúde, bem como as orientações da Resolução nº 9 da Anvisa, para prevenção de riscos à saúde dos usuários.

3 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Normas e Legislação de Referência

Os serviços a serem executados e os materiais empregados na execução deverão obedecer ao seguinte:

1. Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, visando à preservação da qualidade do ar dos ambientes interiores e nos níveis definidos pelo Ministério da Saúde;

2. Lei 13.589 de 04/01/2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

3. Publicações da ASHRAE (American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers), HVAC Systems Duct Design – SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractor's National Association);

4. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes: NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI; NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção; NR-23: Proteção Contra Incêndios; NR-35 Trabalho em Altura.

5. Norma ABNT NBR 14679, que trata de sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de Higienização;
6. Norma ABNT NBR 13971 de 2014 que trata de sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada;
7. Norma ABNT NBR 16401 de 2008 que trata de Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários.
8. Resolução ANVISA RE nº 09/20003 - Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

3.2 Definições básicas

DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil, proprietária e CONTRATANTE do serviço;

CONTRATADA - Empresa contratada pela Receita Federal, para o serviço;

FISCALIZAÇÃO - Pessoa física ou jurídica, designada pela Receita Federal para fiscalizar o contrato de serviço;

RESPONSÁVEL TÉCNICO – profissional responsável pelos serviços registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

AVAC – Sistemas de Aquecimento, Ventilação mecânica e Ar Condicionado.

3.3 Visitas Técnicas de Supervisão

Consistem nas atividades de gestão da manutenção objeto deste contrato, a serem realizadas por Engenheiro Mecânico habilitado. O profissional que realizar esta atividade será o responsável pela supervisão das atividades, pela elaboração de relatórios e pelo auxílio técnico. Deverá realizar pelo menos uma visita semestral, durante o horário do expediente, ou sempre que for solicitada pelo gestor do contrato.

3.4 Manutenção Preventiva

Tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos equipamentos, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança. Tem ainda a finalidade de operacionalizar o sistema de forma a se alcançar a melhor eficiência e menor consumo de energia. Consistem em três atividades principais:

INSPEÇÃO: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa de manutenção, recomendada pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

REVISÃO: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes, recomendadas pelo fabricante dos equipamentos e rotinas de manutenção apresentadas neste Termo de Referência.

CONFIGURAÇÃO: Ajustes e parametrização operacional, nos sistemas de supervisão, controladores e/ou instrumentos do sistema para alcançar o funcionamento ideal conforme a demanda local.

A manutenção preventiva deverá ser realizada com visitas mensais para executar o plano com as rotinas e durações previstas neste Termo de Referência.

3.5 Manutenção Corretiva

Tem por objetivo o restabelecimento ou readequação dos componentes dos equipamentos dos sistemas de climatização e ventilação mecânica às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a

execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, restabelecimento da carga nominal de refrigerante bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentem danificados, gastos ou defeituosos, entre outros procedimentos que se façam necessários. Cada procedimento corretivo deve ser embasado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo profissional responsável da CONTRATADA, justificando os serviços, materiais e peças necessárias. As intervenções indicadas no laudo devem ser autorizadas pelo gestor/fiscal do contrato, o que não exige a CONTRATADA de responsabilização pela realização de conserto desnecessário. A manutenção corretiva também inclui o atendimento a chamados de emergência, com a finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento em manutenção, a qualquer tempo.

As intervenções **corretivas programadas** deverão ser realizadas juntamente com as visitas para a realização do ciclo preventivo e o custo da mão de obra para este tipo ação deverá ser previsto e incluso no valor mensal proposto. As peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizado, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidas pela CONTRATANTE conforme estabelecido no item 9.7.

As intervenções **corretivas emergências** deverão ser realizadas com o início de atendimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da hora do chamado, feito em dia útil, em horário comercial compreendido entre 08 e 18h. E por serem de baixíssima ocorrência (pois sua frequência reflete o resultado do serviço alvo deste escopo) deverão ser previstas e inclusas no valor mensal proposto. As peças de reposição e/ou componentes necessários, quando autorizado, serão fornecidos pela CONTRATADA e ressarcidas pela CONTRATANTE conforme estabelecido no item 9.7.

4 LOCAL E COMPOSIÇÃO DOS SISTEMAS


4.1 Lote 01 – Delegacia da Receita Federal em Joinville (DRF/JOI)

Endereço: Rua Pref. Helmuth Fallgatter, 221 – Boa Vista - Joinville - SC

Equipamentos do sistema de ar condicionado e ventilação mecânica instalados no prédio:

Grupo/ TAG	Especificação	Unidade	Qtd.
UC-A	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 22 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN220LTE5	Un.	3
UC-B	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 14 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN140LTE5	Un.	1
UC-C	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 22 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN220LTE5	Un.	3
UC-D	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 16 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN160LTE5	Un.	1
UC-E	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador	Un.	3

	axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 22 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN220LTE5		
UC-F	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 22 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN220LTE5	Un.	3
UC-G	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. 5. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 18 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V, 60Hz. Marca LG mod. RUN180LTE5	Un.	1
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 0,8 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 07 GTRA4.	Un.	6
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 1,25 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 12 GTRA4.	Un.	4
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 1,6 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 15 GTQA4.	Un.	1
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 1,0 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 09 GTRA4.	Un.	12
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 1,6 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 15 GTQA4.	Un.	10
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 2,0 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 18 GTQA4.	Un.	24
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 2,5 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 24 GTPA4.	Un.	51
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 3,0 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 28 GTPA4.	Un.	26
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 3,6 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 36 GTNA4.	Un.	15
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 3,6 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 36 GTNA4.	Un.	2
	Unidade Evaporadora – Sistema Inverter VRF, tipo cassete Round flow, 04 vias, 4,5 HP, compacta. Marca LG modelo RNU 48 GTMA4.	Un.	4
	Sistema controlador ITM Intelligent Touch Manager. Marca LG modelo AC SMART.	Un.	1
EX-01	Exaustor Limit Load, 3.500 m³/h, 40 mmCA, 2,0 cv. Marca Berlinerluft modelo GTS-315	Un.	1
VE-02	Gabinete de Ventilação, vazão 13.870 m³/h, 40 mmCA, 3,0 cv, Filtro G4. Marca Berlinerluft modelo BLT-450	Un.	1
	Conjunto Split Air Conditioner Capacidade 18.000 Btu/h; modelo Hi-Wall; unidade condensadora com ventilador axial, descarga de ar horizontal; alimentação elétrica monofásica, 220 V, , comando por controle remoto.	Un.	2

	Ministério da Economia – ME Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

4.2 Lote 02 – Delegacia da Receita Federal em Joaçaba (DRF/JOA)

Endereço: Rua Getúlio Vargas 345, Centro Joaçaba – SC

Equipamentos do sistema de ar condicionado e ventilação mecânica instalados no prédio:

Grupo/TAG	Especificação	Unidade	Qtd.
UC-1PAV-ALA B/1	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 18 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUN180LTE4.AWGBBRZ	Un.	01
UC-1PAV-ALA B/2	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF. MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 12 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUB120LTE4.EWGBLEU	Un.	01
UC-2PVTO-ALA C/3	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 18 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUN180LTE4.AWGBBRZ	Un.	01
UC-2PVTO-ALA C/4	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF. MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 12 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUB120LTE4.EWGBLEU	Un.	01
UC-3PVTO-ALA D/5	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 18 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUN180LTE4.AWGBBRZ	Un.	01
UC-3PVTO-ALA D/6	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF. MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 12 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUB120LTE4.EWGBLEU	Un.	01
UC-TERREO/7	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 14 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. CRUB140LTE4.AWGBSPD	Un.	01
UC-TERREO/8	Unidade condensadora - Sistema Inverter VRF. MULTI V. IV HEAT RECOVERY. Compressores com sistema de variação completo; fluido refrigerante R410A; ventilador axial com descarga de ar vertical; capacidade de resfriamento de 12 HP; alimentação elétrica trifásica, 380 V. Marca LG mod. ARUB120LTE4.EWGBLEU	Un.	01
	Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 3,5TR; 220V. Marca LG modelo ARNU42GTMA4.ANWBLAT	Un.	2

Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 3,0TR; 220V. Marca LG modelo ARNU36GTNA4.ANWBLAT	Un.	1
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 2,3TR; 220V. Marca LG modelo ARNU28GTPA4.ANWBLAT	Un.	9
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 2,0TR; 220V. Marca LG modelo ARNU24GTPA4.ANWBLAT	Un.	16
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 1,5TR; 220V. Marca LG modelo ARNU18GTQA4.ANWBLAT	Un.	13
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 1,5TR; 220V. Marca LG modelo ARNU18GTTA4.ANWBLAT	Un.	1
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 1,0TR; 220V. Marca LG modelo ARNU12GTRA4.ANWBLAT	Un.	12
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 1,0TR; 220V. Marca LG modelo ARNU12GTUA4.ANWBLAT	Un.	3
Unidade evaporadora - Sistema Inverter VRF; gabinete aparente tipo cassete 4 vias; 0,58TR; 220V. Marca LG modelo ARNU07GTUA4.ANWBLAT	Un.	2
Unidade Recuperadoras de calor 02 Tubos	Un.	5
Unidade Recuperadoras de calor 03 Tubos	Un.	8
Unidade Recuperadoras de calor 04 Tubos	Un.	6
Exaustor 1000 m³/h 28MMCA Potência 45W – Marca/Modelo: Sicflux Maxx 200	Un.	2
Gabinete de ventilação para sistemas de ar condicionado, com unidade de ventilação e filtro para renovação de ar 1000m³/h tipo G4, peso 60Kg 1F 220v 60hz 470w.	Un.	3
Conjunto Split Air Conditioner Capacidade 18.000 BTU/h; modelo Hi-Wall; unidade condensadora com ventilador axial, descarga de ar horizontal; alimentação elétrica monofásica, 220 V.	Un.	2
Conjunto Split Air Conditioner Capacidade 30.000 BTU/h; modelo Hi-Wall; unidade condensadora com ventilador axial, descarga de ar horizontal; alimentação elétrica monofásica, 220 V.	Un.	1
Conjunto Split Samsung. Capacidade 22.000 Btu/h; modelo Hi-Wall; unidade condensadora com ventilador axial, descarga de ar horizontal; alimentação elétrica monofásica, 220 V.	Un.	1

5 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.2 A contratação dos serviços de manutenção de ar condicionado se enquadra na categoria serviços comuns, tratada pela Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 10.024/19. As suas características possuem padrões de desempenho e qualidade normalmente encontradas no mercado, e que podem ser objetivamente definidas por Edital. Portanto, poderá ser licitada por meio da modalidade Pregão, na sua forma eletrônica.

5.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6 ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços deverão ser prestados no local onde se encontrarem os equipamentos, nas dependências das DRFs, conforme o lote; ou excepcionalmente, no laboratório/oficina da empresa CONTRATADA, quando necessário;

6.2 A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente conforme atividades previstas nos planos de manutenção por lote (ANEXO 01 e ANEXO 02);

6.3 A abertura de chamados para manutenção corretiva será feita através da CONTRATANTE diretamente a empresa que vier a ser CONTRATADA ou advindos da própria CONTRATADA quando da realização do ciclo preventivo;

6.4 Caso haja alguma alteração nos aparelhos instalados, a empresa deverá comunicar a DRF para que seja providenciada a atualização do contrato, mediante termo aditivo.

6.5 Além das máquinas constantes do resumo no item 4 deste TR, os demais equipamentos e acessórios tais como caixas de derivação VRF, insufladores de ar exterior, redes de dutos, redes frigorígenas, redes de drenagem, redes elétricas, quadros elétricos, difusores, controladores digitais, e outros, detalhados ou não neste Termo de Referência, mas que compõem o sistema de climatização e ventilação, também fazem parte desta contratação.

6.6 A empresa contratada não poderá cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno não previstos neste edital.

6.7 A contratada deverá:

6.7.1 Quando necessário, remover equipamentos, peças ou acessórios para seu laboratório/oficina, desinstalando, embalando, transportando, e reinstalando por sua conta e risco, mediante autorização escrita fornecida pelo fiscal do contrato. A partir do momento da desinstalação até a reinstalação, a empresa contratada será considerada fiel depositária do equipamento e/ou dos componentes desinstalados;

6.7.2 Respeitar o sistema de segurança das DRFs, fornecendo todas as informações solicitadas por seus agentes;

6.7.3 Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas, manuais e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais, indispensáveis à limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos, sem custo para a DRF;

6.7.4 Gerar e enviar ordens de serviços (OS) padronizadas para cada atividade ou grupo de atividades, conforme plano de manutenção ou intervenção específica, aos seus funcionários para cada visita de atendimento.

6.8 Todos os empregados da empresa que estiverem prestando serviços às DRFs deverão estar devidamente identificados, mediante a utilização de crachá e uniforme apropriado;

6.9 Caso a empresa CONTRATADA vir, como resultado de suas operações, a prejudicar ou sujar áreas incluídas ou não no setor de seu trabalho, deverá recuperá-las ou limpá-las, deixando-as em seu estado original;

6.10 A contratada deverá agendar com a DRF por telefone ou por e-mail, a data da manutenção preventiva e/ou corretiva, informando além da data, o nome dos funcionários e outras informações que se fizerem necessárias;

6.11 A instalação, desinstalação e transferência dos equipamentos deve ser feito pela CONTRATADA sem qualquer custo para a CONTRATANTE, inclusive para equipamentos em garantia, que verificará junto ao fornecedor essa possibilidade;

7 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.1.1 Os serviços deverão ser efetuados pela contratada, obedecendo ao estabelecido nas disposições legais regulamentares pertinentes, bem como no instrumento convocatório e seus anexos, tornando possível o bom funcionamento dos equipamentos, através da manutenção preventiva e corretiva.

7.1.2 A execução dos serviços deverá observar o atendimento às normas e legislação brasileira vigente.

7.2 Para a manutenção do sistema de ar condicionado e ventilação mecânica:

7.2.1 Em até 30 (trinta) dias do início dos serviços a CONTRATADA deverá fazer uma inspeção nas instalações da CONTRATANTE, apresentando ao FISCAL um relatório de todas as inconformidades verificadas com base na legislação vigente, sugerindo os ajustes necessários.

7.2.1.1 A CONTRATANTE poderá tratar os desvios apontados utilizando-se de manutenção corretiva programa, na forma deste escopo contratual, gerando as respectivas ordens de serviço.

7.2.2 A partir da assinatura do contrato, o fiscal do contrato emitirá, em até (05) cinco dias úteis, uma “Ordem para Início da Execução dos Serviços”. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços em até (05) cinco dias úteis da emissão da ordem supracitada.

7.2.3 A CONTRATADA compromete-se a fornecer os relatórios mensais descritivos de todos os serviços prestados após a execução dos mesmos. Para a manutenção preventiva do sistema de ar condicionado, além do relatório deve-se preencher as informações de execução no PMOC.

7.2.3.1 A contratada poderá fornecer um relatório de leitura informatizada, através de software específico do fabricante dos equipamentos VRF, demonstrando o pleno funcionamento de cada um dos equipamentos instalados, individualmente.

7.2.4 O PMOC citado neste termo de Referência é derivado da Portaria n. 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que determina a implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), bem como as orientações da Resolução – RE, nº 9 da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de 16/01/2003, e nele deverá estar contido todas as atividades previstas no Plano de Manutenção fornecido pela CONTRATANTE.

7.2.5 A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC, assim como garantir a aplicação por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço.

7.2.6 A CONTRATADA será responsável pela prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, prestar assistência técnica e dar consultoria nos sistemas de ar condicionado dos prédios incluídos nesta contratação, conforme item 4, nos seguintes termos:

7.2.6.1 A CONTRATADA deverá ter um responsável técnico, legalmente habilitado, com registro no conselho de classe ativo, responsável pelo objeto desta contratação e pela execução do PMOC, o qual deverá assinar a capa dos relatórios mensais, e fornecer respectivo documento de Responsabilidade Técnica (ART ou TRT) anual da contratação.

7.2.6.2 A CONTRATADA deverá possuir, para execução do contrato, profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo CREA (engenheiro mecânico), que atuará como Supervisor. Este poderá, também, assumir a figura de responsável técnico.

7.2.6.3 A CONTRATADA deverá possuir no seu quadro de pessoal, no mínimo, 01 (um) técnico com treinamento em manutenção no sistema VRF, realizado na academia da LG Eletronics do Brasil Ltda., empresa fabricante dos equipamentos VRF instalados na Receita Federal. O treinamento deve ser comprovado através de certificado emitido pela LG, que confirme estar o profissional apto a prestar assistência técnica nos moldes adequados e recomendados pelo fabricante dos equipamentos. O certificado deverá ser apresentado em no máximo 60 dias após a emissão da ordem de serviço.

7.2.6.4 No caso de substituição do profissional citado no item 7.2.6.2, para o novo técnico, a CONTRATADA deverá apresentar novo certificado em no máximo 45 dias após o desligamento/saída do anterior.

7.2.6.5 A CONTRATADA deverá fornecer um treinamento básico operacional do sistema para os usuários indicados pela CONTRATANTE.

7.2.7 A CONTRATADA deverá possuir conhecimento do software LG instalado na contratante, de forma que possa realizar todas as tarefas de manutenção previstas, e que possa atender a todas as demandas operacionais e de eventuais falhas nos aparelhos, de forma rápida e eficiente.

7.2.8 A CONTRATADA deverá possuir capacitação para prestar assistência técnica e fazer a configuração do software de automação, que controla os sistemas de ar condicionado instalados, permitindo ligar e desligar automaticamente, diariamente e conforme programação.

7.2.9 A CONTRATADA deverá se deslocar para **atendimentos emergenciais** até os prédios incluídos nesta contratação. A CONTRATADA deverá atentar para o deslocamento das ferramentas, escadas, peças pesadas e de grande porte, entre outros materiais.

7.2.10 A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra necessária ao fiel cumprimento do objeto, devendo ser de primeira qualidade, e nas seguintes condições:

7.2.10.1 A CONTRATADA deverá designar supervisor, que será o responsável pelo gerenciamento dos serviços perante o CONTRATANTE e que acompanhará os serviços sempre que necessário, e/ou sempre que for solicitado pelo gestor do CONTRATANTE. No caso de paralisação de equipamentos VRF, o supervisor deverá verificar o problema no máximo até 30h do início do atendimento, caso o técnico não apresente uma solução no dia do atendimento.

7.2.10.2 O supervisor dos sistemas VRF deverá acompanhar os técnicos nas manutenções preventivas semestrais e anuais, assinando conjuntamente os relatórios dos equipamentos VRF nestas ocasiões.

7.2.10.3 O dimensionamento da equipe de execução das manutenções é de responsabilidade da CONTRATADA e minimamente será exigido um técnico e um ajudante no atendimento.

7.2.11 A CONTRATADA deverá registrar no corpo dos filtros descartáveis a data da troca.

7.2.12 Nos relatórios devem ser informadas as desconformidades verificadas, tais como objetos ali depositados inadequadamente, isolamentos descolados, entre outras, ainda que se repitam mensalmente.

7.2.13 Constituem objeto deste contrato, além dos itens já mencionados, os seguintes serviços:

7.2.13.1 Fornecer sempre que solicitado pelo gestor, no máximo uma vez por mês, relatório de manutenção preventiva e corretiva, se for o caso. Esse relatório pode ser feito conforme modelo definido entre as partes ou através de software específico do fabricante dos equipamentos VRF, demonstrando o pleno funcionamento de cada um dos equipamentos instalados.

7.2.13.2 Mudança de posição de termostatos, controladores e sensores visando melhorar a eficiência do sistema, desde que no mesmo pavimento.

7.2.13.3 Configuração dos controladores eletrônicos para um melhor desempenho do sistema, sempre que solicitado pelo gestor.

7.2.13.4 Configuração do software de gerenciamento do sistema, modificando a programação para ligar e/ou desligar os equipamentos, bem como bloquear ou desbloquear funções.

7.2.13.5 Regulagem dos difusores de ar.

7.2.13.6 Medição da vazão e velocidade do ar na saída dos equipamentos e nos difusores, sempre que solicitado pelo gestor.

7.2.13.7 Verificação, medição e apresentação de relatório de desempenho de cada equipamento, individualmente, sempre que for solicitado pelo gestor, além das revisões mensais.

7.2.13.8 Medição e apresentação de relatório de desempenho do ar em uma determinada sala ou andar, sempre que solicitado pelo gestor, contendo no mínimo as seguintes informações: área do ambiente avaliado, potência instalada (elétrica-W e térmica-BTU/h ou TR/h), vazão e temperatura do ar na saída do condicionador e na saída dos difusores, vazão e temperatura do ar de retorno junto ao condicionador e temperatura externa no momento das medições.

7.2.13.9 Testar mensalmente os dispositivos de reserva, tais como bombas, registros, chaves elétricas etc.

7.2.13.10 Realizar semestralmente a análise de qualidade do ar nos ambientes conforme Resolução nº09/2003 da ANVISA. A primeira campanha deverá ser realizada no máximo em até 90 dias da ordem de serviço.

7.2.14 Estão excluídos desta contratação os seguintes serviços:

7.2.14.1 Os reparos que se fizerem necessários em oficina, que compreendam serviços de usinagem, tornearia, soldas elétricas e rebobinagem de motores.

7.2.14.2 O transporte dos equipamentos danificados por causas extraordinárias, tais como incêndios, desmoronamento do prédio ou enchentes.

7.2.15 Mensalmente, a CONTRATADA deverá efetuar exames, limpezas, ajustes e lubrificações, conforme critérios estabelecidos no PMOC.

7.2.16 Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de todos os materiais complementares, tais como: graxa, estopa, lixas, solventes, silicone, colas, produtos de limpeza, vareta foscoper, nitrogênio, oxigênio, acetileno para soldas nas linhas frigorígenas, r-141b, filtro manta G-4, e outros materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços compreendidos na manutenção preventiva e corretiva (programada e emergencial);

7.2.17 A empresa contratada não poderá cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno não previstos neste edital;

7.2.18 Quando necessário, remover equipamentos, peças ou acessórios para seu laboratório, desinstalando, embalando, transportando, e reinstalando por sua conta e risco, mediante autorização escrita fornecida pelo fiscal do contrato. A partir do momento da desinstalação até a reinstalação, a empresa contratada será considerada fiel depositária do equipamento e dos componentes desinstalados;

7.2.19 Respeitar o sistema de segurança da DRF, fornecendo todas as informações solicitadas por seus agentes;

7.2.20 Fornecer a seus técnicos todas as ferramentas, manuais e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais, indispensáveis à limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos, sem custo para a DRF;

7.2.21 Todos os empregados da empresa que estiverem prestando serviços à DRF deverão estar devidamente identificados, mediante a utilização de crachá e uniforme;

7.2.22 No caso de a empresa CONTRATADA vir, como resultado de suas operações, a prejudicar ou sujar áreas incluídas ou não no setor de seu trabalho, deverá recuperá-las ou limpá-las, deixando-as em seu estado original;

7.2.23 Agendar com a DRF por telefone ou por e-mail, a data da manutenção preventiva e/ou corretiva, informando além da data, o nome dos funcionários e outras informações que se fizerem necessárias;

7.2.24 A instalação, desinstalação e transferência dos equipamentos deve ser feito pela CONTRATADA sem qualquer custo para a CONTRATANTE, inclusive para equipamentos em garantia, que verificará junto ao fornecedor essa possibilidade;

8 MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO

8.1 Todo serviço de manutenção preventiva, deverá ser realizado através das atividades a seguir descritas, e deverá ser registrado no P.M.O.C (Plano de Manutenção, Operação e Controle).

8.2 A Contratada deverá realizar uma visita mensal para a execução do plano de manutenção preventiva (**ANEXO 01 e/ou ANEXO 02**). O P.M.O.C deverá ser preenchido ao final de cada visita, e será a base para o relatório para a entrega dos serviços. Esse documento deverá ser assinado pelo técnico da Contratada que realizar a visita e as atividades nele descritas, pelo responsável técnico da Contratada e pela fiscalização da Contratante, sendo entregue juntamente com a Nota Fiscal/Fatura mês.

8.3 Executar os serviços de manutenção preventiva, em cada um dos aparelhos relacionados ou nos que os substituírem, por visitas mensais, no período do dia em que há menor fluxo de atendimento no Centro de

Atendimento ao Contribuinte - CAC e dentro do horário de expediente nos demais setores ou em outro horário que a unidade julgar conveniente.

8.4 Prestar os serviços de manutenção preventiva, uma vez em cada um dos meses do ano civil, sendo que, em hipótese alguma, o interstício entre duas manutenções poderá ficar aquém do limite mínimo de 25 dias, ou exceder o limite máximo de 35 dias.

8.5 A data da manutenção preventiva deverá ser informada com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência;

8.6 Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, às suas expensas, as correias, os filtros de linha, os fusíveis de qualquer tipo e os capacitores de qualquer tipo, inclusive de splits.

8.7 O gás refrigerante R-410A será fornecido pela CONTRATADA e ressarcido pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá manter um estoque para aplicação imediata de 2 kg para possíveis correções pelo período do contrato.

8.8 O filtro manta g4 será fornecido anualmente na quantidade de 15 m² pela CONTRATADA.

8.9 Na manutenção de tubulações todos os materiais necessários, como isolantes térmicos, fitas, tintas e selantes, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

8.10 Os relatórios técnicos, emitidos após cada manutenção preventiva, deverão estar de acordo com o PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle e conter os seguintes itens:

- a) Local do equipamento;
- b) mês de referência;
- c) data do início e término da manutenção;
- d) relação dos aparelhos indicando: local/setor, marca e modelo, capacidade em BTU/h, andar e o nº de patrimônio;
- e) identificação do técnico que realizou os serviços;
- f) visto do fiscal de contrato.

8.11 As atividades mínimas da manutenção preventiva estão relacionadas no Plano de Manutenção **(ANEXOS 01 e 02)**.

8.12 Faz parte do escopo preventivo a realização das análises para monitoramento da qualidade do ar interior.

9 MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO

9.1 Sempre que constatado algum defeito, seja durante a visita técnica preventiva mensal (em que o mesmo não possa ser corrigido de imediato), vistorias específicas ou quando aberto um chamado por parte da CONTRATANTE, havendo a necessidade de substituição de alguma peça ou componente, a manutenção será caracterizada como CORRETIVA.

9.2 Sempre que a CONTRATANTE constatar que algum equipamento não esteja funcionando corretamente, abrirá um chamado técnico, através de e-mail, SW de manutenção ou telefone, para que seja feita uma avaliação pela CONTRATADA.

9.3 A corretiva, eventualmente, pode ser programada ou agendada, enquanto a emergencial, como o próprio nome já diz, é urgente, é feita diante de uma emergência que deve ser prontamente resolvida.

9.4 A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 24 (quatro) horas a todo chamado emergencial feito em dia útil, em horário comercial, compreendido entre 08 h e 18 h, e durante as visitas mensais aos demais chamados.

9.5 Situações que caracterizam a necessidade de atendimento emergencial:

- 9.5.1 Risco iminente de acidentes;
- 9.5.2 Risco agressivo ao meio ambiente;
- 9.5.3 Risco de o dano agravar e levar a perdas onerosas dos equipamentos e instalações;
- 9.5.4 Parada geral do sistema;
- 9.5.5 Perda de mais de 30% da capacidade funcional do sistema;
- 9.5.6 Falha em um dos sistemas de climatização que atendem aos servidores;

9.6 Sempre que for constatada a necessidade de substituição de peças, troca/reposição de gás ou algum serviço especial não previsto no escopo, a empresa CONTRATADA deverá apresentar laudo com descritivo do(s) problema(s), peça(s) defeituosa(s) e necessidades, bem como orçamento detalhado, para prévia aprovação do gestor do contrato contendo:

- a) nome do local;
- b) identificação do equipamento defeituoso pelo número de patrimônio ou número de série, local/setor, marca e modelo, capacidade térmica, andar e quando for o caso o prédio;
- c) relato do problema ocorrido;
- d) especificação completa das peças a serem substituídas;
- e) preço unitário e global das peças;
- f) prazo de validade do orçamento, não inferior a vinte (20) dias;
- g) garantia da peça, não inferior a 90 (noventa) dias;
- h) data do início e término da manutenção;
- i) identificação do técnico que realizou a inspeção/serviços;

9.7 As peças e materiais necessários à execução das manutenções corretivas serão ressarcidas pela Administração pelo mesmo valor de sua aquisição (acrescido do BDI fixo de 10%), no limite de 30% do valor mensal do contrato, com autorização prévia e expressa do gestor ou do fiscal do contrato. Para tal, a contratada deverá efetuar pesquisa de preços com no mínimo 3 fornecedores, mediante Formulário de Autorização de compra – FAC (**ANEXO 03**).

9.7.1 As peças e acessórios de reposição serão sempre novos e originais;

9.7.2 Para o ressarcimento dos materiais e peças supracitados, a contratada deverá observar a seguinte rotina:

- a) Realizar pesquisa de preços, em no mínimo, três fornecedores distintos para cada item a ser adquirido (a pesquisa de preços deverá ser acompanhada da indicação clara do nome do fornecedor, CNPJ, telefone para contato, além da quantidade e valor unitário final para cada item);
- b) Preencher corretamente o Formulário de Autorização de Compra – FAC, conforme modelo a ser fornecido pela Administração;
- c) Encaminhar o FAC para a fiscalização do contrato, acompanhado da cotação dos preços pesquisados para a competente autorização;
- d) Efetivar a compra, após a aprovação pelo Fiscal de Contrato;
- e) Dar entrada do material no prédio da DRF, com a respectiva nota fiscal de fornecimento e a Ficha de Autorização de Compra;
- f) Registrar a entrada do material adquirido no controle de estoque da contratada, com a respectiva data de entrada;
- g) Registrar a baixa do material empregado no controle de estoque da contratada, quando da sua utilização, com a respectiva destinação e data de saída;
- h) A partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá emitir a sua própria fatura referente aos materiais adquiridos e juntar ao documento de cobrança dos serviços os seguintes documentos: Relatório Técnico mensal, extrato das compras realizadas acompanhado dos respectivos Formulários de Autorização de Compra e de cópias das notas fiscais ali relacionadas e movimentação de entrada e saída dos materiais no controle de estoque. Essa documentação deverá ser encaminhada à fiscalização do contrato para ateste e posterior envio para pagamento.

9.7.3 Em situações excepcionais, devido à urgência ou impossibilidade, devidamente justificadas, de se obter 3 (três) orçamentos, poderá a contratada, mediante autorização prévia da fiscalização do contrato, realizar pesquisa de preços com menos de três fornecedores distintos para cada item a ser adquirido.

9.7.4 À fiscalização do contrato reserva-se o direito de recusar a pesquisa de preços apresentada pela CONTRATADA, quando os preços apresentados forem superiores aos praticados no mercado, cabendo ao Fiscal do Contrato realizar pesquisa de preços que demonstre a não vantajosidade da proposta apresentada pela CONTRATADA.

9.7.5 As peças adquiridas para manutenção corretiva deverão ter um prazo mínimo de garantia de 90(noventa) dias.

9.8 O procedimento de ressarcimento de aquisição de peças descrito, justifica-se em razão da inviabilidade prática de planejamento, aquisição, armazenamento e controle de dezenas de itens de pequeno e médio valor, que poderiam nem ser utilizados. Com esse formato, visa-se prestigiar os princípios da eficiência e economicidade, adquirindo-se materiais conforme a demanda do serviço.

9.9 A não utilização desta sistemática exigiria que a Administração efetuasse procedimento de compra cada vez que necessitasse da substituição imediata de uma peça ou material não disponível no estoque. Como o procedimento de licitação para a compra de materiais exige o cumprimento de diversas fases, o que demanda tempo, haveria muitas ocasiões em que a necessidade não seria atendida tempestivamente, ocasionando transtornos ao andamento dos serviços, notadamente em situações de urgência.

9.10 Durante o atendimento, o técnico deverá revisar o equipamento, inclusive quanto às instalações elétricas. Caso o problema com o equipamento tenha sido originado por problemas elétricos na instalação, a empresa contratada deverá emitir relatório técnico descrevendo tais problemas. Este relatório deverá ser conclusivo e informar claramente as causas do problema, as medições realizadas no local e as medidas preventivas para se evitar problemas futuros;

9.11 Ao fim de cada atendimento a empresa contratada deverá enviar o relatório contendo todas as informações especificadas no item anterior, além da data e hora do término de reparo e as informações necessárias para atualização do registro de manutenção do equipamento objeto do chamado;

9.12 Para ter acesso às dependências da Delegacia da Receita Federal, no atendimento dos chamados, o técnico da empresa deverá estar devidamente autorizado e identificado;

9.13 Apresentar relatório de manutenção corretiva, contendo ainda a indicação do equipamento e a data da execução.

9.14 A empresa contratada poderá solicitar prorrogação do prazo de reparo de equipamentos, quando esse extrapole o razoável, desde que o faça por escrito, justificando o ocorrido e informando o prazo necessário para o conserto, não podendo ser superior a 20 (vinte) dias. Cabe ao fiscal analisar tal solicitação. Sendo deferido o pedido, a critério do fiscal, a empresa deverá instalar um equipamento próprio no lugar do defeituoso.

9.15 A seguir são listadas as principais peças de reposição relacionadas pelos fabricantes, que apresentam maior possibilidade de substituição quando da realização da manutenção corretiva dos equipamentos:

Local	Discriminação de peças
DRF	Compressor LG VRF
	Gás refrigerante R410A (preço por kg)
	Motor do ventilador - condensador LG
	Motor do ventilador - evaporador LG
	Placa de comando - condensador LG
	Placa do modulo compressor - LG
	Placa de potência - LG
	Placa do motor ventilador condensadora- LG
	Placa de comando - evaporador LG
	Placa receptora - LG
	Válvula de expansão eletrônica - LG
	Compressor split
	Capacitor
	Contactor
	Controle remoto
	Filtro capilar
	Filtro de ar
	Hélice Split

	Motor do ventilador - Unidade Condensadora
	Motor do ventilador - Unidade Evaporadora
	Motor swing
	Placa display
	Placa eletrônica da condensadora
	Placa eletrônica da evaporadora
	Relé do compressor
	Termostato
	Válvula de serviço da linha de líquido
	Válvula de serviço da sucção
	Válvula reversora
	Válvula solenóide

10 COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

10.1 Manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado e ventilação mecânica:

A composição dos custos para apresentação de proposta deve considerar a seguinte formatação:

Função	Valor total mensal (em R\$)
Manutenção preventiva (inclusive peças) e manutenção corretiva (serviços)	(A)
Parcela variável (30% do VALOR FIXO – peças p/manutenção corretiva)	(A) x 30% = (B)
BDI fixo	(10% sobre B) = (C)
Preço máximo mensal estimado	A + B + C = (D)
Preço global máximo estimado para 12 meses	D x 12

A - Preço mensal fixo dos serviços;

B - Previsão máxima de ressarcimento mensal da aquisição de peças necessárias para a manutenção corretiva;

C - Acréscimo do BDI fixo de 10% sobre B;

D - Preço de referência mensal máximo dos serviços.

10.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

Lote 01 - Quantidade estimada de horas de manutenção preventiva e distribuição anual prevista:

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano	Mês											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mensal	970	839,60	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97	69,97
Trimestral	203	92,13			23,03			23,03			23,03			23,03
Semestral	94	21,37		10,68						10,68				
Anual	33	6,20							6,20					
Total Geral	1300	959,30	69,97	80,65	93,00	69,97	69,97	93,00	76,17	80,65	93,00	69,97	69,97	93,00

Lote 02 - Quantidade estimada de horas de manutenção preventiva e distribuição anual prevista:

Frequência	Qtde. Atividades	Qtde Horas/ano	Mês											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Mensal	1004	888,20	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02	74,02
Trimestral	209	99,47			24,87			24,87			24,87			24,87
Semestral	93	21,20		10,60						10,60				
Anual	33	6,20							6,20					
Total Geral	1339	1015,07	74,02	84,62	98,88	74,02	74,02	98,88	80,22	84,62	98,88	74,02	74,02	98,88

11 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

11.1.1 Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

11.1.2 Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

11.1.3 A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

11.1.4 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

11.1.5 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

11.1.6 A satisfação do público usuário.

11.2 A fiscalização do contrato poderá, para fins de realização da verificação mencionada no item anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos no Edital e seus anexos ou na legislação vigente.

12 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 São os seguintes os requisitos necessários ao atendimento da necessidade da contratação do serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, acessórios e consumíveis, para o sistema de ar condicionado e ventilação mecânica instalados no Edifício Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville:

12.1.1 Prestação dos serviços com fornecimento peças e acessórios necessários para manutenção preventiva;

12.1.2 A CONTRATADA deverá ter um responsável técnico, legalmente habilitado, com registro no conselho de classe ativo, responsável pelo objeto desta contratação e pela execução do PMOC, o qual deverá assinar a capa dos relatórios mensais, e fornecer respectivo documento de Responsabilidade Técnica (ART ou TRT) anual da contratação.

12.1.3 São os seguintes requisitos necessários para atender os critérios e práticas de sustentabilidade:

12.1.3.1 Adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

c) Racionalização/economia no consumo de energia e água;

d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;

e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e

f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

12.1.3.2 Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços quando couber, de forma a não frustrar o caráter competitivo do certame, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

13 MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 A definição do(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato será realizada por meio de Portaria(s) expedida(s) pelo Titular da DRF.

13.2 A comunicação a ser estabelecida entre a Contratante e a Contratada será realizada por meio de telefone, e-mail, forma escrita e reuniões.

13.3 Considerando-se as qualificações necessárias para o exercício das atividades inerentes aos serviços de manutenção a serem contratados, o único indicador mínimo de desempenho que se mostra próximo do mensurável é o índice de cumprimento de manutenção preventiva, segundo o qual será verificado as quantidades de atividades previstas x realizadas do ciclo preventivo do plano de manutenção.

13.4 Nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à prestação dos serviços, e/ou insuficiência de desempenho, será determinado à Contratada que providencie a substituição do(s) empregado(s) alocado(s) e a correção dos desvios no prazo fixado pela fiscalização técnica do Contrato.

13.5 Durante a vigência do contrato a Contratante adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN Seges/MP nº 5, de 2017.

13.6 O IMR é um ajuste escrito, entre as partes, anexo ao contrato, que define – em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis – os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, respectivas adequações de pagamento e deve ser considerado pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante.

13.7 O pagamento deverá ser proporcional ao atendimento das metas, portanto, quando a Contratada não produzir os resultados, ou não executar os serviços com a qualidade mínima exigida, deverão ser implementados os descontos no pagamento devido, sem prejuízo das demais penalidades constantes do contrato.

13.8 O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do Contrato, auxiliado pelo Fiscal Setorial onde estão sendo prestados serviços, avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. O IMR obedecerá ao disposto no **ANEXO 04 – TR – Instrumento de Medição de Resultado**.

13.9 Mesmo com a previsão de Instrumento de Medição de Resultados – IMR, a contratada ficará vinculada a todas as exigências de metas e produtividades previstas no Edital e seus anexos, além disso, o pagamento deverá ser proporcional ao atendimento das metas, portanto, quando a contratada não produzir os resultados, ou não executar os serviços com a qualidade mínima exigida, poderão ocorrer descontos no pagamento devido, sem prejuízo das demais penalidades constantes do contrato.

13.10 Eventuais atrasos ou falhas na execução contratual serão penalizadas de acordo com as sanções previstas no Item 23 deste Termo de Referência;

13.11 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A Administração dispensará a apresentação de garantia de execução contratual de acordo com o previsto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

13.12 DO PAGAMENTO

13.12.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

13.12.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

13.12.2.1 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

13.12.2.2 A fiscalização irá analisar a documentação e comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.12.3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

13.12.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

13.12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.12.7.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.12.7.2 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.12.7.3 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.12.8 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

13.12.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.9.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.12.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:


$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

	Ministério da Economia – ME Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

14 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

14.1 Para a perfeita execução dos serviços de manutenção de ar condicionado e ventilação mecânica, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias à execução dos serviços.

14.1.1 Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de todos os materiais complementares, tais como: graxa, lubrificantes, lixas, solventes, silicone, colas, produtos de limpeza, vareta foscoper, nitrogênio, oxigênio, neutrol, undersal, estopa, panos de limpeza, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, espuma de vedação, acetileno para soldas nas linhas frigorígenas, r-141b, filtro manta G-4, e outros materiais e mão-de-obra necessários à execução dos serviços compreendidos na manutenção preventiva, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.1.2 Além disso, a Contratada deverá fornecer as peças e acessórios indispensáveis para a prestação dos serviços, sempre obedecendo ao disposto na especificação dos serviços (item 6).

14.2 Normas Técnicas de Segurança

14.2.1 Na execução dos serviços de manutenção deverão ser observadas as normas técnicas cabíveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

14.2.2 A Contratada deverá cumprir a legislação vigente sobre Segurança do Trabalho, em especial o que determina a Portaria Ministerial nº 3.214, de 08/06/78, do Ministério de Trabalho, e suas alterações, que dispõe sobre as Normas Regulamentadoras.

14.2.3 A Contratada deverá fornecer, gratuitamente, ao pessoal sob sua responsabilidade, o Equipamento de Proteção Individual – EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem proteção.

14.2.4 A Contratada deverá treinar e orientar seus empregados para o uso adequado e obrigatório do EPI, substituindo-o quando danificado ou extraviado e se responsabilizando pela sua higienização e manutenção.

14.2.5 A Contratada deverá executar, quando necessário ou ainda quando solicitado pela DRF, sinalização de segurança conforme legislação vigente.

14.3 A Contratada deverá repassar à Contratante os termos de garantia e manuais dos materiais, se houver.

15 DA VISTORIA

15.1 As empresas podem agendar vistoria para verificação das instalações alvo dos serviços pelo telefone (47) 3431-6300/3433-9399/3433-9944; e para esclarecimento de dúvidas quanto aos aspectos técnicos constantes no termo de referência com a SAENG (Sapol ALF/FOZ) pelo telefone (45) 3520-4311, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 12:00 h e das 13:30 às 17:00 h.


15.2 É recomendável, mas não obrigatório, que as empresas visitem o local para verificar os serviços.

15.3 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

15.4 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

15.4.1 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as empresas não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

16 DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

	Ministério da Economia – ME Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

16.1 A execução dos serviços será iniciada em até quinze dias da assinatura do contrato.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

17.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

17.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

17.6 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os trabalhos executados em desacordo com as respectivas especificações;

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência, em sua proposta e outros necessários à execução do escopo;

18.2 Executar as manutenções e intervenções técnicas, objeto do presente contrato, nas condições estabelecidas, por intermédio de pessoas idôneas, habilitadas e tecnicamente capacitadas. Essas pessoas deverão estar equipadas com EPI (Equipamento de Proteção Individual) conforme legislação vigente e a natureza da tarefa;

18.3 Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços avançados mantenham os equipamentos em condições de perfeito e regular funcionamento;

18.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

18.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

18.8 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

18.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

- 18.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 18.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 18.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 18.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 18.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 18.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 18.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.17 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 18.17.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá dispor de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;
- 18.18 Observar as Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Municipais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas aprovadas no âmbito da CONTRATANTE ou indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, inclusive por seus fornecedores, sendo que, durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:
- a) Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) referentes aos objetos dos Contratos e especialidades pertinentes, quando cabível, nos termos da Lei nº 6.496/77;
 - b) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto deste Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços;
 - c) Atender às normas técnicas, além das normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em Lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços objeto do Contrato;
 - d) Fornecer mão-de-obra especializada necessária para a manutenção dos serviços objeto deste Contrato, observando as disposições contidas nas especificações dos serviços contidas no Termo de Referência;
- 18.19 No caso da manutenção de ar condicionado, a contratada deverá:
- a) Seguir o plano de manutenção, operação e controle, conforme exigido pela Portaria nº 3.258/98-ANVISA/Ministério da Saúde, e executá-lo como programa de manutenção preventiva dos equipamentos, com estrita observância a periodicidade dos serviços;
 - b) Apresentar relatório mensal de cada equipamento assistido nas manutenções preventivas e/ou corretivas, de acordo com o PMOC;
 - c) Utilizar na limpeza dos componentes dos equipamentos somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas;
 - d) Apresentar 03 (três) orçamentos com especificação completa, à CONTRATANTE, quando necessária substituição de peças cuja aquisição, por implicar em ônus para a CONTRATANTE, dependa de sua prévia autorização;
- 18.20 As contratadas deverão:
- a) manter padrões adequados de qualidade, efetuando a imediata correção das deficiências, imediatamente após a publicação do extrato do Contrato no DOU;
 - b) Manter limpos os locais onde se realizarem os serviços;

- c) Reparar qualquer erro e substituir quaisquer peças, às suas expensas, em que se verifiquem defeitos resultantes da má execução dos serviços;
- d) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por seus empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiro por dolo ou culpa, decorrentes da execução dos serviços;
- e) Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do Contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- f) Informar para efeito de controle de acesso, a relação dos empregados que prestarão serviços nas unidades da DRF/JOI com os respectivos números de identidade e mantê-los identificados com crachá;
- g) Manter seus empregados protegidos por Equipamentos de Proteção Individual;
- h) Substituir, imediatamente, qualquer empregado que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE, ou cuja capacidade técnica seja considerada insuficiente por esta;
- i) Não repassar para outrem a responsabilidade pelo cumprimento do objeto deste Contrato;
- j) Informar, por escrito, à CONTRATANTE caso não possa cumprir os prazos estabelecidos neste Contrato, cabendo à CONTRATANTE a definição do novo prazo;
- k) Responsabilizar-se por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados nas dependências da CONTRATANTE, quando do desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com estes, devendo adotar todas as providências que exigir a legislação em vigor;
- l) Executar os serviços de forma que não interfiram no bom andamento das rotinas de funcionamento do órgão, cujo horário a ser estabelecido deverá atender ao interesse e conveniência da Administração;
- m) Indicar 01 (um) preposto para representá-la perante a CONTRATANTE;
- n) Manter todos os equipamentos, materiais e produtos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e, em se tratando de equipamentos elétricos, estes devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica da CONTRATANTE;
- o) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no Termo de Referência, fornecendo todas os materiais e produtos de consumo utilizados na manutenção do equipamento, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- p) Manter durante toda execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- q) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19 DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços do objeto do contrato.

19.2 Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá, durante a execução do contrato, subcontratar as seguintes partes dos serviços:

19.2.1 Análise da qualidade do ar interior.

20 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

21 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

21.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

21.3 A verificação da adequação da prestação do serviço de manutenção de ar condicionado deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, incluindo principalmente os relatórios de manutenção preventiva e corretiva e o PMOC.

21.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

21.5 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

21.6 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

21.7 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

21.8 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

21.9 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

21.10 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

21.11 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.12 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

21.13 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.14 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

22 DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

22.1 Os serviços serão aceitos após a verificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento de todas as obrigações e especificações constantes do Edital e dos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, e ainda em conformidade com a legislação de regência.

22.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

22.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

23 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

23.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

23.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

23.1.5 e cometer fraude fiscal.

23.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

23.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

23.2.2 Multa de:

23.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

23.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

23.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

23.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior

a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
23.2.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.2.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

23.2.5 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente credenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

23.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

23.3 As sanções previstas nos subitens 23.2.1, 23.2.3, 23.2.4 e 23.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.


23.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

	Ministério da Economia – ME Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF Divisão de Programação e Logística Seção de Obras e Serviços de Engenharia
---	---

9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
---	--	----

23.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1 Qualificação Técnica

24.1.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade.

24.1.2 Atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de instalação ou manutenção de sistemas de Climatização VRF com no mínimo 53 HP, 40 TR, por período não inferior a um ano;

24.1.2.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.1.2.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.1.2.3 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

24.1.2.4 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

24.1.3 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação: manutenção em sistemas de climatização do tipo VRF.



Ministério da Economia – ME
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF
Divisão de Programação e Logística
Seção de Obras e Serviços de Engenharia

25 RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO 01 – TR - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA O LOTE 01

ANEXO 02 – TR - PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA O LOTE 02

ANEXO 03 – TR - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA - FAC

ANEXO 04 – TR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

				Preventiva						
Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Frequência	Duração [min]	Qtde.	ff	Qtde Horas/ano
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	1	Ruidos e vibrações anormais (compressor e ventilador)	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	2	Condição da placa eletrônica (poeira, etc.)	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede Frigorígena	Isolamento térmico	3	Verificar o isolamento térmico (trocar se danificado ou com bolor)	M	10	8	12	16,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	4	Limpeza do trocador de calor e ventilador	S	20	8	2	5,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	5	Limpeza externa	A	5	8	1	0,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	6	Vazamentos de óleo e refrigerante	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	7	Temperatura anormal	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	8	Amortecedores de vibração	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	9	Verificação de funcionamento sensor de temperatura externo	A	2	8	1	0,27
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	10	Verificação de funcionamento sensor de pressão	A	2	8	1	0,27
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	11	Verificação do nível de óleo (quando for o caso)	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	12	Substituição do óleo	A	30	8	1	4,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	13	Verificar pressão do refrigerante	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	14	Atuação da válvula de expansão	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	15	Fixação e isolamento do bulbo da válvula de expansão	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	16	Atuação da válvula solenoide	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	17	Verificação de funcionamento válvula de 4vias	M	10	8	12	16,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	18	Filtro secador, quando à sua obstrução	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	19	Isolamento das tubulações	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	20	Acumulador de sucção	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	21	Visor de líquido quanto ao regime de fluxo de refrigerante e indicação de umidade.	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Filtros de Ar - unid. interna	22	Limpar o elemento filtrante e substituir em caso de avarias.	M	10	60	12	120,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Conjunto Ventilador	23	Verificar Ruído do Ventilador	M	2	60	12	24,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Conjunto Ventilador	24	Inspeção das pás do ventilador	M	1	60	12	12,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	25	Limpeza das serpentinas do evaporador	T	10	60	4	40,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	26	Verificação da bomba de dreno (se houver)	T	5	60	4	20,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	27	Verificação do perfeito escoamento do dreno na bandeja e limpar a bandeja	M	5	60	12	60,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	28	Limpar acúmulo de poeira nos painéis	M	5	60	12	60,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	29	Funcionamento do controlador	M	5	60	12	60,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	30	Atuação dos sensores	M	5	60	12	60,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	31	Atuação das válvulas de 2 ou 3 vias	M	5	60	12	60,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	32	Dispositivos eletrônicos	M	2	60	12	24,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	33	Limpeza das grelhas e difusores	M	3	120	12	72,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	34	Verificação da estanqueidade e estado de conservação das lonas da conexão flexível	M	10	1	12	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	35	Verificação visual dos dutos internamente quanto a limpeza.	A	60	1	1	1,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	36	Vedação das portas de inspeção	S	5	1	2	0,17
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	37	Verificação e eliminação de frestas nos filtros e moldura	M	10	1	12	2,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	38	Verificação da fixação do conjunto	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	39	Limpeza dos filtros, ou substituição por filtros G-4.	M	30	1	12	6,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	40	Verificação da regulagem (posição das réguas) para a vazão pré-estabelecida em projeto – medir diferencial de pressão	M	15	1	12	3,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	41	Limpeza dos quadros e componentes	T	5	1	4	0,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	42	Verificação da fixação dos componentes e terminais	M	5	1	12	1,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	43	Verificação dos contatos, providenciando a limpeza ou substituição	T	5	1	4	0,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	44	Verificação da temperatura dos componentes	M	10	1	12	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	45	Substituição de cabos e terminais oxidados	M	30	1	12	6,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	46	Verificação da regulagem de atuação dos relés de sobrecarga, em relação às correntes nominais dos motores	M	60	1	12	12,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	47	Temperatura de insuflamento	M	2	60	12	24,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	48	Temperatura do ar externo	M	5	1	12	1,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	49	Temperatura da resistência do cárter do compressor	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	50	Pressão de descarga	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	51	Pressão de sucção	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	52	Temperatura na linha de sucção	T	2	8	4	1,07
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	53	Temperatura na linha de líquido	T	2	8	4	1,07
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	54	Superaquecimento e sub-resfriamento. Os valores encontrados deverão estar inseridos nas faixas recomendadas pelo fabricante	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	55	Vazão de ar no evaporador	S	5	60	2	10,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	56	Vazão de ar na tomada de ar exterior, conferindo com o projeto	T	10	1	4	0,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	57	Tensão nos circuitos de força e comando, com relação à nominal, e desbalanceamento	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	58	Corrente de trabalho com verificação da corrente nominal e do balanceamento entre as fases	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Filtros de Ar	59	Efetuar a limpeza do filtro de ar	M	10	4	12	8,00
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	60	Verificar funcionamento dos comandos	M	2	4	12	1,60
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Ventilador	61	Verificar funcionamento do ventilador	M	2	4	12	1,60
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Ventilador	62	Efetuar a Limpeza do ventilador da evaporadora	T	10	4	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Bandejas	63	Verificar a operação de drenagem do condensado da bandeja	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Bandejas	64	Efetuar a limpeza da bandeja e dreno: Lavar e remover biofilme com produto biodegradável	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	65	Lavar e remover biofilme com produto biodegradável	T	10	4	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	66	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Gabinete	67	Efetuar a limpeza dos gabinetes das evaporadoras	M	10	4	12	8,00
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Condensador	68	Lavar e remover incrustações	T	10	4	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Condensador	69	Verificar fixação e amortecedores de vibração	S	2	4	2	0,27
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Ventilador	70	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão	S	5	4	2	0,67
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Ventilador	71	Verificar ruído dos manuais e lubrificar, se necessário	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Motor Elétrico	72	Verificar o aterramento	M	2	4	12	1,60
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	73	Verificar e corrigir vazamento de óleo.	M	10	4	12	8,00
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	74	Medir a pressão do gás refrigerante na sucção e descarga do compressor	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	75	Efetuar a regulagem de superaquecimento e subresfriamento	S	2	4	2	0,27
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Circuito Refrigerante	76	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Circuito Refrigerante	77	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	78	Tensão, comparar com a nominal	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	79	Corrente, comparar com a nominal	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	80	Temperatura de insuflamento	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	81	Isolamento entre fases e para carcaça do compressor e motor ventilador	S	10	4	2	1,33
Ar Condicionado	Geral	Prédio	Ambiente Interno	82	Acompanhamento/coleta para Análise de Qualidade do Ar	S	60	1	2	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	83	Verificar o funcionamento do controlador central	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	84	Diagnóstico completo de funcionamento do sistema utilizando o software de monitoramento da LG	S	5	8	2	1,33
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	85	Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais	M	2	1	12	0,40
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	86	Verificar estado das correias	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	87	Verificar alinhamento das polias do ventilador	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	88	Verificar lubrificação dos rolamentos do ventilador	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	89	Verificar amortecedores de vibração do ventilador	M	3	1	12	0,60
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	90	Limpar internamente carcaça e rotor do ventilador	T	15	1	4	1,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	91	Limpar externamente o equipamento	T	20	1	4	1,33
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Rede de Dutos	Rede de Dutos	92	Verificação e limpeza das grelhas	S	3	30	12	18,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	93	Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais	M	2	1	12	0,40
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	94	Verificar estado das correias	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	95	Verificar alinhamento das polias do exaustor	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	96	Verificar lubrificação dos rolamentos do exaustor	M	5	1	12	1,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	97	Verificar amortecedores de vibração do exaustor	M	3	1	12	0,60
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	98	Limpar internamente carcaça e rotor do exaustor	T	15	1	4	1,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	99	Limpar externamente o equipamento	T	20	1	4	1,33

soma 959,30
subtota 959,30

				Preventiva						
Família	Tipo	Equipamento	Componente	Item	Verificações e Serviços	Frequência	Duração [min]	Qtde.	ff	Qtde Horas/ano
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	1	Ruidos e vibrações anormais (compressor e ventilador)	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	2	Condição da placa eletrônica (poeira, etc.)	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede Frigorígena	Isolamento térmico	3	Verificar o isolamento térmico (trocar se danificado ou com bolor)	M	10	8	12	16,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	4	Limpeza do trocador de calor e ventilador	S	20	8	2	5,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Gabinete	5	Limpeza externa	A	5	8	1	0,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	6	Vazamentos de óleo e refrigerante	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	7	Temperatura anormal	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	8	Amortecedores de vibração	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	9	Verificação de funcionamento sensor de temperatura externo	A	2	8	1	0,27
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	10	Verificação de funcionamento sensor de pressão	A	2	8	1	0,27
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	11	Verificação do nível de óleo (quando for o caso)	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Compressor	12	Substituição do óleo	A	30	8	1	4,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	13	Verificar pressão do refrigerante	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	14	Atuação da válvula de expansão	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	15	Fixação e isolamento do bulbo da válvula de expansão	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	16	Atuação da válvula solenoide	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	17	Verificação de funcionamento válvula de 4vias	M	10	8	12	16,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	18	Filtro secador, quando à sua obstrução	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	19	Isolamento das tubulações	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	20	Acumulador de sucção	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Condicionador	Circuito Refrigerante	21	Visor de líquido quanto ao regime de fluxo de refrigerante e indicação de umidade.	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Filtros de Ar - unid. interna	22	Limpar o elemento filtrante e substituir em caso de avarias.	M	10	59	12	118,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Conjunto Ventilador	23	Verificar Ruído do Ventilador	M	2	59	12	23,60
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Conjunto Ventilador	24	Inspeção das pás do ventilador	M	1	59	12	11,80
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	25	Limpeza das serpentinas do evaporador	T	10	59	4	39,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	26	Verificação da bomba de dreno (se houver)	T	5	59	4	19,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	27	Verificação do perfeito escoamento do dreno na bandeja e limpar a bandeja	M	5	59	12	59,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Evaporador	28	Limpar acúmulo de poeira nos painéis	M	5	59	12	59,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	29	Funcionamento do controlador	M	5	59	12	59,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	30	Atuação dos sensores	M	5	59	12	59,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	31	Atuação das válvulas de 2 ou 3 vias	M	5	59	12	59,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Evaporador	Disp. de Ctrl. Autom.	32	Dispositivos eletrônicos	M	2	59	12	23,60
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	33	Limpeza das grelhas e difusores	M	3	120	12	72,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	34	Verificação da estanqueidade e estado de conservação das lonas da conexão flexível	M	10	1	12	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	35	Verificação visual dos dutos internamente quanto a limpeza.	A	60	1	1	1,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Rede de Renovação c/ Ar Externo	Rede de Dutos	36	Vedação das portas de inspeção	S	5	1	2	0,17
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	37	Verificação e eliminação de frestas nos filtros e moldura	M	10	3	12	6,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	38	Verificação da fixação do conjunto	M	5	3	12	3,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	39	Limpeza dos filtros, ou substituição por filtros G-4.	M	30	3	12	18,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Caixa filtros	40	Verificação da regulagem (posição das réguas) para a vazão pré-estabelecida em projeto – medir diferencial de pressão	M	15	3	12	9,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	41	Limpeza dos quadros e componentes	T	5	1	4	0,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	42	Verificação da fixação dos componentes e terminais	M	5	1	12	1,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	43	Verificação dos contatos, providenciando a limpeza ou substituição	T	5	1	4	0,33
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	44	Verificação da temperatura dos componentes	M	10	1	12	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	45	Substituição de cabos e terminais oxidados	M	30	1	12	6,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Quadro Elétrico	Quadro Elétrico	46	Verificação da regulagem de atuação dos relés de sobrecarga, em relação às correntes nominais dos motores	M	60	1	12	12,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	47	Temperatura de insuflamento	M	2	59	12	23,60
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	48	Temperatura do ar externo	M	5	3	12	3,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	49	Temperatura da resistência do cárter do compressor	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	50	Pressão de descarga	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	51	Pressão de sucção	M	2	8	12	3,20
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	52	Temperatura na linha de sucção	T	2	8	4	1,07
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	53	Temperatura na linha de líquido	T	2	8	4	1,07
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	54	Superaquecimento e sub-resfriamento. Os valores encontrados deverão estar inseridos nas faixas recomendadas pelo fabricante	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	55	Vazão de ar no evaporador	S	5	59	2	9,83
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	56	Vazão de ar na tomada de ar exterior, conferindo com o projeto	T	10	3	4	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	57	Tensão nos circuitos de força e comando, com relação à nominal, e desbalanceamento	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	58	Corrente de trabalho com verificação da corrente nominal e do balanceamento entre as fases	T	5	8	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Filtros de Ar	59	Efetuar a limpeza do filtro de ar	M	10	4	12	8,00
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	60	Verificar funcionamento dos comandos	M	2	4	12	1,60
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Ventilador	61	Verificar funcionamento do ventilador	M	2	4	12	1,60
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Ventilador	62	Efetuar a Limpeza do ventilador da evaporadora	T	10	4	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Bandejas	63	Verificar a operação de drenagem do condensado da bandeja	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Bandejas	64	Efetuar a limpeza da bandeja e dreno: Lavar e remover biofilme com produto biodegradável	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	65	Lavar e remover biofilme com produto biodegradável	T	10	4	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Evaporador	66	Verificar a existência de danos e corrosão no aletado e moldura	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Evaporador	Gabinete	67	Efetuar a limpeza dos gabinetes das evaporadoras	M	10	4	12	8,00
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Condensador	68	Lavar e remover incrustações	T	10	4	4	2,67
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Condensador	69	Verificar fixação e amortecedores de vibração	S	2	4	2	0,27
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Ventilador	70	Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão	S	5	4	2	0,67
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Ventilador	71	Verificar ruído dos manuais e lubrificar, se necessário	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Motor Elétrico	72	Verificar o aterramento	M	2	4	12	1,60
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	73	Verificar e corrigir vazamento de óleo.	M	10	4	12	8,00
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	74	Medir a pressão do gás refrigerante na sucção e descarga do compressor	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Compressor	75	Efetuar a regulagem de superaquecimento e subresfriamento	S	2	4	2	0,27
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Circuito Refrigerante	76	Verificar isolamento térmico e substituir, se necessário	T	5	4	4	1,33
Ar Condicionado	Split Individual	Condensador	Circuito Refrigerante	77	Verificar e corrigir vazamento de gás, se necessário	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	78	Tensão, comparar com a nominal	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	79	Corrente, comparar com a nominal	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	80	Temperatura de insuflamento	M	5	4	12	4,00
Ar Condicionado	Split Individual	Medições	Parâmetros operacionais	81	Isolamento entre fases e para carcaça do compressor e motor ventilador	S	10	4	2	1,33
Ar Condicionado	Geral	Prédio	Ambiente Interno	82	Acompanhamento/coleta para Análise de Qualidade do Ar	S	60	1	2	2,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	83	Verificar o funcionamento do controlador central	M	5	8	12	8,00
Ar Condicionado	Sistema VRF	Medições	Parâmetros operacionais	84	Diagnóstico completo de funcionamento do sistema utilizando o software de monitoramento da LG	S	5	8	2	1,33
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	85	Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais	M	2	3	12	1,20
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	86	Verificar estado das correias	M	5	3	12	3,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	87	Verificar alinhamento das polias do ventilador	M	5	3	12	3,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	88	Verificar lubrificação dos rolamentos do ventilador	M	5	3	12	3,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	89	Verificar amortecedores de vibração do ventilador	M	3	3	12	1,80
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	90	Limpar internamente carcaça e rotor do ventilador	T	15	3	4	3,00
Ventilação Mecânica	Ar Exterior	Gabinete de Ventilação	Ventilador	91	Limpar externamente o equipamento	T	20	3	4	4,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Rede de Exaustão	Rede de Dutos	92	Verificação e limpeza das grelhas	M	3	30	12	18,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	93	Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais	M	2	2	12	0,80
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	94	Verificar estado das correias	M	5	2	12	2,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	95	Verificar alinhamento das polias do exaustor	M	5	2	12	2,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	96	Verificar lubrificação dos rolamentos do exaustor	M	5	2	12	2,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	97	Verificar amortecedores de vibração do exaustor	M	3	2	12	1,20
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	98	Limpar internamente carcaça e rotor do exaustor	T	15	2	4	2,00
Ventilação Mecânica	Exaustão Sanitários	Gabinete de Exaustão	Exaustor	99	Limpar externamente o equipamento	T	20	2	4	2,67
Ar Condicionado	Sistema VRF	Recuperador de Calor	Válvulas e bobinas	100	Verificar funcionamento, vazamentos, isolamento e existência de ruídos anormais	M	5	19	12	19,00

soma 1015,07
subtotal 1015,07

ANEXO 03 – TR - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA - FAC

FAC - FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA								FAC Nº:		
CONTRATANTE:						REQ. Nº:				
CONTRATADA:						DATA DA COTAÇÃO:				
OBJETO:						RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO:				
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL							
				FORNECEDOR 1		FORNECEDOR 2		FORNECEDOR 3		
				contato:		contato:		contato:		
				PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	
cotação elaborada com base em pesquisa realizada por meio de:				Tel. () internet () cadastro próprio ()		tel./fax () internet () cadastro próprio ()		tel./fax () internet () cadastro próprio ()		
OBS:			SUB-TOTAL							
			DESCONTO							
			PREÇO FINAL		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	
			CONDIÇÕES DE PAGAMENTO							
			PRAZO DE ENTREGA APÓS APROVAÇÃO							
			RESPONSÁVEL PELO FAC:		APROVAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:					

ANEXO 04 – TR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

A verificação da adequada prestação dos serviços será realizada com base nos indicadores de nível de serviço “Índice de cumprimento de manutenção preventiva” e “Índice de cumprimento de manutenção corretiva programada” definidos neste anexo.

1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, o que poderá ser aceito pela Administração, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.
2. A CONTRATADA deverá executar os serviços nos prazos informados nas Ordens de Serviços emitidas para execução de serviços preventivos e corretivos programados.
3. Os serviços urgentes ou emergenciais deverão ser executados pela CONTRATADA respeitando o tempo máximo para o início do atendimento.
4. A CONTRATADA deverá utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço com qualidade e quantidade exigidas pelo Termo de Referência.

INDICADOR 1	
Índice de cumprimento de manutenção preventiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as atividades do plano de manutenção preventiva sejam executadas conforme ciclo previsto.
Meta a cumprir	Executar acima de 96% das atividades previstas para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Ordem de serviço de manutenção preventiva fechada com o aceite do fiscal/cliente. Cada equipamento deverá ter uma ordem de serviço mensal, ou seja, individual com todas as atividades previstas para o período listadas.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades previstas (plano de manutenção preventiva) x realizadas (aceitas nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	$ICMPV = \frac{\text{Qtde atividades preventivas realizadas}}{\text{Qtde atividades preventivas previstas}}$
Início de Vigência	Data da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	$96\% < ICMPV \leq 100\%$: 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; $93\% < ICMPV \leq 96\%$: 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; $90\% < ICMPV \leq 93\%$: 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; $ICMPV \leq 90\%$: 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.
Sanções adicionais	Acima de 03 ocorrências, consecutivas ou não, para resultados do $ICMPV \leq 90\%$ poderá dar causa rescisão contratual e aplicação de outras sanções contratuais.

INDICADOR 2	
Índice de cumprimento de manutenção corretiva programada	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que as atividades de manutenção corretiva programadas sejam executadas.
Meta a cumprir	Executar acima de 96% das atividades autorizadas para o mês de apuração.
Instrumento de Medição	Ordem de serviço de manutenção corretiva fechada com o aceite do fiscal/cliente. Cada intervenção corretiva deverá ter uma ordem de serviço, com a programação autorizada para o período e a identificação do equipamento.
Forma de acompanhamento	Apuração da quantidade total de atividades (corretivas programadas) x realizadas (aceitas nas Ordens de Serviço) no mês.
Mecanismo de Cálculo	$ICMCP = \frac{\text{Qtde atividades corretivas realizadas}}{\text{Qtde atividades corretivas previstas}}$
Início de Vigência	Data da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	96% < ICMCP ≤ 100% : 100% do valor dos custos fixos faturado no mês; 93% < ICMCP ≤ 96% : 97% do valor dos custos fixos faturado no mês; 90% < ICMCP ≤ 93% : 94% do valor dos custos fixos faturado no mês; ICMCP ≤ 90% : 90% do valor dos custos fixos faturado no mês.
Sanções adicionais	Acima de 03 ocorrências, consecutivas ou não, para resultados do ICMCP ≤ 90% poderá dar causa rescisão contratual e aplicação de outras sanções contratuais.

ANEXO III

Minuta TERMO DE CONTRATO

(SERVIÇO DE ENGENHARIA)

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE ENGENHARIA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª
RF..... E A EMPRESA**

.....

A UNIÃO, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª RF, CNPJ: 00.394.460/0135-53, com sede na Rua Marechal Deodoro, 555 - 10º andar – Centro, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Chefe da DIPOL – Divisão de Programação e Logística, Sr. GUSTAVO LUIS HORN, nomeado pela Portaria SRRF09 nº 56, de 16 de março de 2022, publicada no DOU de 17 de março de 2022, portador da matrícula funcional nº 1334062, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 10905.720045.2022-88 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, bem como da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 13/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva no sistema de ar condicionado (AVAC) das DRF/JOI e DRF/JOA, composto por módulos tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), unidades evaporadoras tipo cassete, sistemas mecânicos de ventilação e exaustão e aparelhos splits individuais, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	24
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
2.1	Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.	Mês	24

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

2.1.1. *Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

2.1.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

2.1.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

2.1.4. *Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;*

2.1.5. *Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;*

2.1.6. *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

6. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

6.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá, durante a execução do contrato, subcontratar as seguintes partes dos serviços:

8.1.1. Análise da qualidade do ar interior.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

11.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

11.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

11.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

12.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

12.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a

diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

14.4. Para o objeto ou para a parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, e a aquiescência de que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Curitiba-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curitiba/PR., de..... de 20.....

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª
REGIÃO FISCAL

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2 -

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

NOME DA EMPRESA inscrita no **CNPJ nº** _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
data

.....
(representante legal, CPF, RG)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

ANEXO V– MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE PLENO CONHECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2022

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, com sede na _____, na cidade de _____, declara que conhece as condições locais para a execução do objeto e que **realizou vistoria** nos locais de prestação dos serviços, no dia __/__/2022, acompanhada por servidor da SRRF09RF.

ou

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, com sede na _____, na cidade de _____, **declara que tem pleno conhecimento das condições inerentes à natureza do trabalho e que assume total responsabilidade** por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a SRRF09RF.

E por ser verdade firma a presente.

_____, __ de _____ de 2023.

Assinatura e carimbo do emissor

ANEXO VI – Edital de Pregão Eletrônico SRRF09 N° 13/2022

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

A empresa inscrita no CNPJ n.º.....por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador (a) da Carteira de Identidade n.º.....e do CPF n.º..... telefone.....e-mail.....apresenta a sua Proposta de Preço nos seguintes termos:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (para 24 meses): R\$ (por extenso)

ITEM 1 – DRF/JOINVILLE	Parcela fixa mensal – Manutenção preventiva (inclusive peças) e manutenção corretiva (serviços) (A)	Parcela variável (30% do VALOR FIXO – peças p/manutenção o corretiva) (A) x 30% = (B)	BDI (valor máximo 10%) (10% sobre B) = (C)	Preço máximo mensal estimado – com parcela variável A + B + C = (D)	Preço global máximo estimado para 24 meses (D x 24)
Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.					

A composição dos custos para apresentação de proposta deve considerar a seguinte formatação:

Função	Valor total mensal (em R\$)
Manutenção preventiva (inclusive peças) e manutenção corretiva (serviços)	(A)
Parcela variável (30% do VALOR FIXO – peças p/manutenção corretiva)	(A) x 30% = (B)
BDI (valor máximo 10%)	(10% sobre B) = (C)
Preço máximo mensal estimado – com parcela variável	A + B + C = (D)
Preço global máximo estimado para 24 meses	D x 24

A - Preço mensal fixo dos serviços;

B - Previsão máxima de ressarcimento mensal da aquisição de peças necessárias para a manutenção corretiva;

C - Acréscimo do BDI fixo de 10% sobre B;

D - Preço de referência mensal máximo dos serviços.

Declara, sob as penas da Lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a presente proposta foi elaborada de maneira independente e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Pregão Eletrônicos quanto a participar ou não desta licitação;
- c) o conteúdo da presente proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SRRF09 antes da abertura oficial das propostas.
- d) o representante abaixo-assinado está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e manifesta a sua concordância com a adequação do projeto executivo.
- e) os preços indicados na proposta incluem todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes;
- f) conhece a legislação de regência desta licitação e que os bens serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- g) não tem direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas, caso a proposta não seja aceita pela SRRF09, seja qual for o motivo;
- h) o prazo de validade desta proposta é de 60 dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital;

(data)

(assinatura do representante legal)

(JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER ENCAMINHADO O ANEXO IV DO EDITAL – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO)

ANEXO VI – Edital de Pregão Eletrônico SRRF09 N° 13/2022

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

A empresa inscrita no CNPJ n.º.....por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), portador (a) da Carteira de Identidade n.º.....e do CPF n.º..... telefone.....e-mail.....apresenta a sua Proposta de Preço nos seguintes termos:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (para 24 meses): R\$ (por extenso)

ITEM 2 – DRF/JOAÇABA	Parcela fixa mensal – Manutenção preventiva (inclusive peças) e manutenção corretiva (serviços) (A)	Parcela variável (30% do VALOR FIXO – peças p/manutenção o corretiva) (A) x 30% = (B)	BDI (valor máximo 10%) (10% sobre B) = (C)	Preço máximo mensal estimado – com parcela variável A + B + C = (D)	Preço global máximo estimado para 24 meses (D x 24)
Manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado (AVAC), tipo VRF, com fornecimento de materiais de consumo, peças de reposição, componentes e/ou acessórios conforme detalhado na especificação dos serviços.					

A composição dos custos para apresentação de proposta deve considerar a seguinte formatação:

Função	Valor total mensal (em R\$)
Manutenção preventiva (inclusive peças) e manutenção corretiva (serviços)	(A)
Parcela variável (30% do VALOR FIXO – peças p/manutenção corretiva)	(A) x 30% = (B)
BDI (valor máximo 10%)	(10% sobre B) = (C)
Preço máximo mensal estimado – com parcela variável	A + B + C = (D)
Preço global máximo estimado para 24 meses	D x 24

A - Preço mensal fixo dos serviços;

B - Previsão máxima de ressarcimento mensal da aquisição de peças necessárias para a manutenção corretiva;

C - Acréscimo do BDI fixo de 10% sobre B;

D - Preço de referência mensal máximo dos serviços.

Declara, sob as penas da Lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a presente proposta foi elaborada de maneira independente e seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Pregão Eletrônicos quanto a participar ou não desta licitação;
- c) o conteúdo da presente proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SRRF09 antes da abertura oficial das propostas.
- d) o representante abaixo-assinado está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e manifesta a sua concordância com a adequação do projeto executivo.
- e) os preços indicados na proposta incluem todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes;
- f) conhece a legislação de regência desta licitação e que os bens serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- g) não tem direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas, caso a proposta não seja aceita pela SRRF09, seja qual for o motivo;
- h) o prazo de validade desta proposta é de 60 dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital;

(data)

(assinatura do representante legal)

(JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER ENCAMINHADO O ANEXO IV DO EDITAL – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

NOME DA EMPRESA _____ **CNPJ OU CIC**
_____ **SEDIADA** _____ **(endereço completo)**, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
data

.....
(representante legal, RG e CPF)

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO
PORTE, OU DE COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE
2007**

Pregão Eletrônico SRRF09 Nº 13/2022

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.
_____ (nome do representante), portador da Cédula de
Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as
penas da lei, que é (microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou
cooperativa enquadrada no artigo 34, da Lei nº 11.488 de 2007), cumprindo, assim, os
requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que
não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito
de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

Local, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e carimbo (do representante legal)



ANEXO IX – Declaração de Ausência de Nepotismo - Licitante

Edital - Pregão Eletrônico SRRF09 nº 13/2022

_____ (nome da licitante) _____, CNPJ nº _____, com sede na _____ (endereço completo) _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, para os fins de classificação de sua proposta no Pregão Eletrônico SRRF09 nº 13/2022, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, e no inciso IV do artigo 5º da Portaria ME nº 1.144, de 03/02/2021, **DECLARA** que não possui relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da Contratante que importe na prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a pessoa natural que exerce cargo em comissão ou função de confiança na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal ou suas Unidades Jurisdicionadas, localizadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

DECLARO estar ciente das cominações legais (penais) as quais estou sujeito caso as informações prestadas nesta declaração não sejam verdadeiras.

_____/____, _____ de _____ de 2023

Assinatura do representante

Observação: **Esta declaração deverá ser anexada juntamente com os documentos de proposta.**